N.º 1, Vol. 1, 2004, pp. 21 a 26

Turismo e património
Algumas ideias para reflexão

Jorge Umbelino
Geógrafo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Resumo

A relação entre o turismo e o património é uma matéria tão importante quanto diversa e complexa. Se é certo que o turismo depende do património para estruturar a sua oferta, não é menos verdade que lhe retribui através de um aumento de visibilidade e geração de receitas próprias.

Pretende-se, com este artigo, debater alguns dos aspectos que dão corpo a este relacionamento, a saber: diferentes formas de interpretar o conceito de património e razões para a sua crescente valorização; atitudes na gestão do património; aproveitamentos turísticos do património material e imaterial; critérios para o reconhecimento turístico do património; padronização e diferenciação nos modelos de oferta do património.

Palavras-chave

Património, turismo, diversidade patrimonial, gestão do património.

Abstract

The relationship between tourism and heritage is important, diverse and complex. It is certain that tourism depends on heritage to structuralize its offer, but there is a repaying in the form of an increase of visibility and income.

The aim of this paper is to promote a discussion about some aspects related with this matter, such as: different concepts of heritage and reasons for its increasing valuation; attitudes in the management of heritage; tourist exploitations of the corporeal and incorporeal heritage; criteria for the tourist recognition of heritage; standardization and differentiation in the models of showing heritage.

Keywords

Tourism, heritage, heritage diversity, heritage management.

Jorge Umbelino
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Jorge.umbelino@eshte.pt

O relacionamento entre o turismo e o património é uma matéria muitas vezes invocada pelos diversos agentes que reflectem sobre o sector turístico, sejam eles responsáveis políticos, investigadores, empresários ou técnicos. A diversidade destes agentes, assente quer nas suas posições institucionais e profissionais, quer na sua formação, dá a esta reflexão um cunho também ele bastante diverso; contudo, existem neste domínio algumas ideias consolidadas e praticamente incontroversas, como sejam:

- **o conceito de património integra várias tipologias**, como o património natural e cultural e, dentro deste, o erudito e o popular;
- **o turismo baseia-se no património**, isto é, o movimento turístico depende da existência de valores patrimoniais cuja atractividade justifique a decisão de viajar;
- **o turismo pode degradar o património** (aspecto mais vezes referido quando se pensa em património natural, embora se possa aplicar a qualquer tipologia);
- **o turismo pode ajudar a recuperar e valorizar o património**, seja pela geração de receitas directas que o negócio turístico pode proporcionar e fazer encaminhar para a valorização patrimonial, seja, indirectamente, pela "chamada de atenção" para o património que pode ajudar a mobilizar outros recursos.

Qualquer destas ideias seria um caminho possível (e seguro...) para desenvolver um artigo em redor deste tema, mas não foi assim que imaginámos este texto. Como se verá, o que fizemos foi enunciar e explicitar brevemente um conjunto de ideias, no caso oito, várias delas sobre a forma de pergunta, que nos ajudem a compreender melhor a relação complexa entre os conceitos de turismo e património.

Algumas das observações produzidas relacionam-se mais com o património natural, outras com o cultural; por vezes, há até uma ligação estreita com segmentos patrimoniais mais restritos, como o edificado ou o monumental. Contudo, optámos por não indexar as observações a formas específicas de património, acreditando que elas se poderão adaptar a aspectos variados, ainda que nem sempre de forma óbvia e frequente.

O que é, afinal, o património? A palavra património deriva de *patrimonium*, ou seja, *os bens do pai*. Em termos sociais, podemos admitir que o conceito se aplica aos bens de uma comunidade, ao legado entre gerações.

Os linguistas dão abertura a este duplo entendimento. Cândido de Figueiredo[1] atribui-lhe um sentido estrito, ao considerar o significado de património como equivalente a "herança; bens de família". Já José Pedro Machado[2] considera o património de uma forma bastante mais aberta – "qualquer espécie de bens, materiais ou morais, pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou colectividade"–, ou seja, atribui a este conceito uma abrangência familiar mas também social, referente a bens materiais mas também a valores morais (cultura, tradição, "práticas", etc.)

Neste sentido mais amplo e abrangente, podemos admitir que, para o turismo, o património se confunde com a ideia de recurso primário, isto é, tudo o que identifica, diferencia e acaba por qualificar uma região como destino turístico.

Posto este entendimento do conceito de património, passamos, então, a apresentar um conjunto de ideias/perguntas a propósito do seu relacionamento com o sector do turismo.

1 Não é possível ter uma noção global do património

Significa isto que não existe uma coerência universal na identificação e apreciação dos bens patrimoniais. Há valores cuja afirmação é aceite por quase todos, seja pela sua dimensão, seja pela grande qualidade estética, seja pela diversidade dos seus possíveis usufrutos, seja ainda pela tradição; esta qualificação, se não lhes atribui uma primazia objectiva num hipotético *ranking* dos recursos patrimoniais, é certo que abre o mercado do interesse pela sua procura. Mas há outros cuja valorização é muito dependente do gosto e sensibilidade pessoal; sendo recursos que despertam um interesse mais restrito, podem, pela sua especificidade, ter uma utilização igualmente intensiva.

A complexidade do conceito de património, do seu entendimento e das suas formas de uso, valoriza-o do ponto de vista do aproveitamento turístico.

[1] *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Bertrand Editores, 1996.

[2] *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Publicações Alfa, 1991.

2 Porque é que, nos nossos dias, se cultiva tanto o valor do património?

Muitos investigadores opinam que a conservação dos bens patrimoniais, que também passa pela salvaguarda de objectos e locais simbólicos, é impulsionada por uma certa angústia colectiva em relação ao desaparecimento dos traços culturais. Esta observação ganha tanto mais alento quanto maiores forem as dúvidas em relação aos modelos económicos e sociais vigentes, o que sempre ocorre nos períodos de crise, como agora acontece.

3 A gestão do património imprime um sentido à História

Quando se evidenciam valores patrimoniais, esse processo, mesmo que logicamente construído, é sempre o resultado de escolhas.

Escolhem-se os valores considerados mais apelativos, os que melhor se localizam, os que permitem uma fruição com menos riscos. Estas opções imprimem uma marca na memória dos respectivos territórios, porque exaltam o património de um modo selectivo; mas também o fazem por omissão, ao relegarem outros para o esquecimento, uma outra face do processo de escolha.

Por outro lado, quando se cria "novo património", como, por exemplo, os ecomuseus, isso não representará uma certa vontade de escrever a História por antecipação? O património mais antigo, social e esteticamente afirmado, é óbvio, enquanto o apelo a uma vaga nostalgia é tentador...

4 Como gerir a metamorfose do património, seja em soluções de continuidade ou de ruptura, em relação à forma e finalidade original?

Os valores patrimoniais hoje existentes chegaram até aos nossos dias em resultado de determinadas opções no que respeita à sua forma e aptidão funcional, mas quer uma quer outra não têm obrigatoriamente de se manter imutáveis. Por regra, o valor da tradição e o receio de ver adulterado um bem que se avalia muito apreciativamente favorecem a manutenção da forma e do uso conhecidos, e por isso seguros, em contraponto à evolução ou mesmo à ruptura, que são incertos.

Curioso é verificar que algumas peças consideradas património, quer no âmbito natural quer cultural, são o resultado de intervenções em várias épocas e que isso até as valoriza aos olhos dos observadores/investigadores actuais, mas essa valorização raras vezes contempla a hipótese de uma intervenção contemporânea. Há como que uma estranha desconfiança em relação à sensibilidade e às capacidades técnicas da geração mais habilitada que até hoje se conheceu: a actual... A acrescer a esta constatação, uma especulação: alguém pode assegurar que de hoje a 400 ou 500 anos, quando tudo o que hoje fizermos também for história, o património agora criado ou intervencionado será menos apreciado do que o produzido alguns séculos antes?

5 Os valores materiais e imateriais do património

O património com existência material é mais fácil de identificar e valorizar, sobretudo no caso de unidades de grande dimensão e com uma estética universalmente aceite, como vimos antes; na maior parte dos casos, o património com tradução material incorpora memórias que se fundem nele e o valorizam ainda mais (por exemplo, o Mosteiro da Batalha e a memória da batalha de Aljubarrota).

Aceite a afirmação acima, duas questões mais interessantes se levantam:

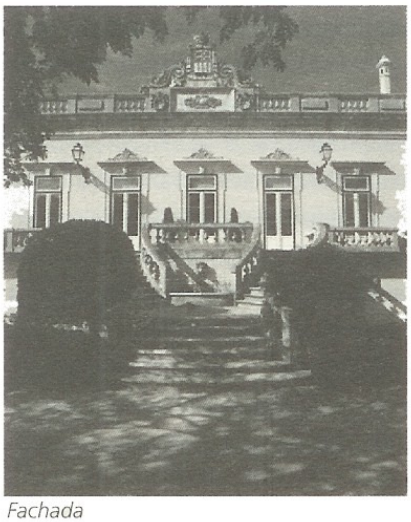
a) de que formas se pode aproveitar eficazmente para o turismo o património imaterial, como as memórias, os costumes e o saber popular?
b) será necessário *corporizar* o património imaterial?

Tomemos dois casos antagónicos. O primeiro trata de uma história conhecida, sobretudo pelo eco que lhe deu Luís de Camões, em *Os Lusíadas*. Em 1355, D. Afonso IV, rei de Portugal, mandou executar D. Inês de Castro, uma fidalga galega e amante do príncipe herdeiro, o futuro D. Pedro I.

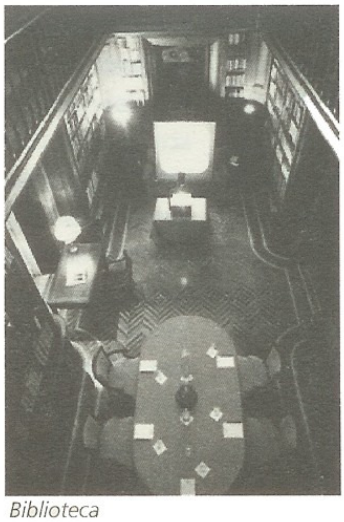
O rei temia pelo equilíbrio entre os reinos então existentes na Península Ibérica, se essa união vingasse. D. Pedro nunca perdoou a quem o tinha traído. Assim que foi rei, em 1357, mandou perseguir e executar os carrascos de D.Inês e, diz a lenda, mandou exumar o cadáver para a coroar rainha.

Desta história, ao mesmo tempo romântica e dramática, se apropriou, e bem, o *marketing* do empreendimento turístico Quinta das Lágrimas, nos arredores de Coimbra, amarrando-se à ideia, já antes proposta, de que foi sobretudo no que são hoje os jardins desta quinta que

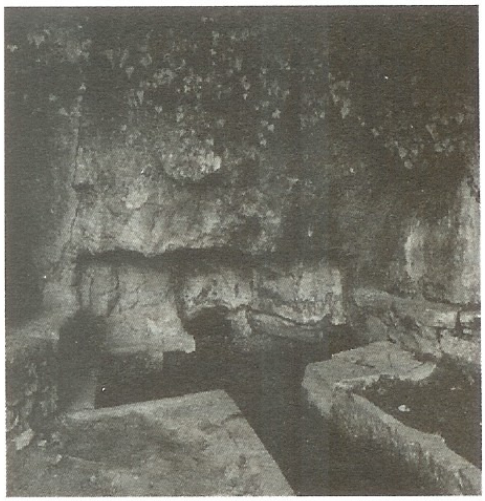
Quinta das Lágrimas



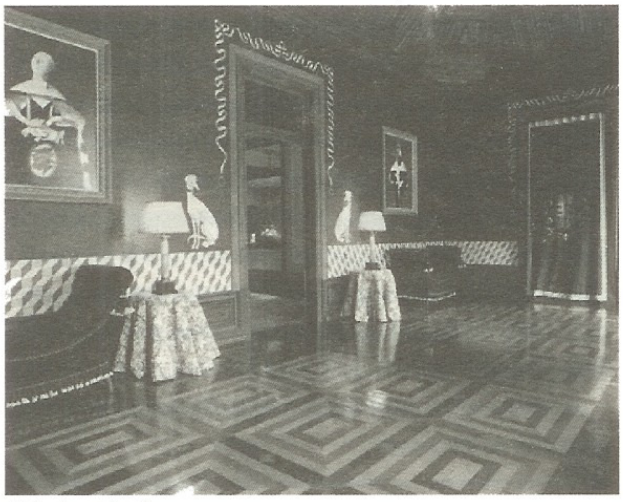
Fachada



Biblioteca



Fonte das Lágrimas



Sala de entrada

Aspecto do jardim

o enredo amoroso de Pedro e Inês se desenrolou. Não há provas definitivas sobre isso, e muito menos evidências físicas, mas o sucesso da ideia é indesmentível.

No segundo caso, vamos encontrar uma situação inversa, isto é, um exemplo, de entre vários que poderíamos seleccionar, em que existe património histórico-cultural de relevo, corporizado até, mas totalmente desaproveitado. D. Catarina de Bragança (1638-1705), filha de D. João IV, rei de Portugal, casou em 1662, por razões diplomáticas, com Carlos II, rei de Inglaterra. Foi rainha até 1685, quando enviuvou. Teve uma presença difícil em Inglaterra, sobretudo por ser católica e infértil, mas são-lhe atribuídas duas inovações relevantes na corte: o consumo social de chá e o uso regular à mesa de porcelana fina.

A sua vida também ficou ligada a Nova Iorque, uma vez que foi ela a *queen* que deu nome ao conhecido bairro desta grande metrópole.[3] Ainda há poucos anos a cidade lhe quis dedicar uma estátua, que seria a sua segunda maior, logo após a Estátua da Liberdade.[4]

Estranhamente, esta relevante personagem internacional, cuja memória poderia ser um património com muito interesse para o turismo, designadamente junto dos mercados britânico e norte-americano, é quase desconhecida em Portugal. Se fosse necessário corporizar a sua memória num símbolo, este bem poderia ser o Paço da Bemposta, um interessante edifício em estilo barroco que mandou construir em Lisboa, quando regressou de Inglaterra, após enviuvar. Neste palácio, ele próprio palco

[3] *Na verdade, a ligação de D. Catarina a Nova Iorque foi fruto de uma coincidência, uma vez que foi no reinado do seu marido que a cidade passou para a soberania inglesa.*

[4] *Tal não chegou a acontecer por divergências entre os responsáveis políticos locais.*

Paço da Bemposta

Fachada *Entrada* *Biblioteca*

O Paço da Bemposta na cidade de Lisboa

de vários factos históricos de grande relevo, e no seu espaço contíguo funciona hoje a Academia Militar.

Um outro aspecto interessante a levar em conta é que o Paço da Bemposta se localiza numa área turisticamente pouco explorada de Lisboa, pelo que a sua renovação funcional poderia servir como âncora para um aproveitamento mais eficaz destes bairros para o turismo.

6 A estada média dos turistas influencia as formas de património utilizáveis na oferta e o seu modo de exploração?

Esta pergunta tem uma forte relação com a observação anterior. Quando a estada média é curta, os turistas só se podem interessar por património fácil de usufruir, que o mesmo é dizer património "visível", acompanhado de pequenas explicações verbais ou textos curtos; quando permanecem mais tempo, os turistas também podem, se for esse o seu gosto, interessar-se por património sem tradução material, ligado à cultura ou à tradição, o que requer outros meios de quem o oferece e mais disponibilidade de quem o procura.

Curioso é que o mesmo produto pode ser oferecido nas duas perspectivas. Pensemos, por exemplo, nos "baleeiros do Pico", nos Açores: a sua existência pode ser invocada pela exibição de peças ligadas a esta actividade (barcos, arpões, ossos, etc.), sob a forma de museu mais ou menos dinâmico, mas também pode ser recordada através da convivência com registos vivos desta memória, tentando aproximar o turista das experiências, das aventuras e dos perigos sentidos pelos baleeiros.

7 A apreciação do património depende mais do seu valor "objectivo" ou da expectativa do seu aproveitamento?

Em muitas circunstâncias, esta pergunta é desnecessária, porque a resposta é óbvia: quanto maior a valorização de um bem patrimonial, maior a apetência pelo seu aproveitamento..

Convém reconhecer que, para o turismo, o património vale como um recurso económico, logo o valor científico e/ou estético dos bens que o formam tem de ser aferido pela sua efectiva atractividade e condições de aproveitamento. Isto não significa que os recursos cuja utilização para fins turísticos é mais restrita se tornem, por isso, menos interessantes, muitas vezes antes pelo contrário; significa apenas que a sua exploração tem de ser equacionada noutros moldes e dirigida a mercados-alvo mais seleccionados, seja pela sua superior capacidade económica[5], seja pela sua adequada formação, seja ainda pelo seu interesse e sensibilidade em relação a esse tipo de património.

8 O património e a globalização da sociedade e do turismo

Sendo o património uma afirmação de singularidade, as suas formas de apresentação podem, na procura de uma mais fácil apreensão, ser veículos de uma certa uni-

[5] *O custo da fruição de um bem patrimonial é uma das formas de prevenir o desgaste da sua utilização; poucos utilizadores, mas exigindo-se a cada um deles que pague bastante, também geram receitas avultadas, que podem, ao menos em parte, ser afectadas à preservação do próprio bem.*

INVENTÁRIO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

Rec. Primários		01
Património		01.01
	Património natural	01.01.01
	Património cultural	01.01.02
Actividades		01.02
	Roteiros	01.02.01
	Desportivas	01.02.02
	Culurais e recreativas	01.02.03
Equipamentos		01.03
	Culturais	01.03.01
	Desportivos	01.03.02
	Recreativos	01.03.03
	Negócios	01.03.04
Eventos		01.04
	Religião	01.04.01
	Cultura	01.04.02
	Animação	01.04.03
	Desporto	01.04.04
	Negócios	01.04.05
	Megaeventos	01.04.06

Rec. Secundários		02
Actividades		02.01
Equipamentos		02.02
	Animação/vários	02.02.01
	Turismo	02.02.02
	Transportes	02.02.03
	Infra-estruturas sociais	02.02.04

Fonte: DGT

formização, o que não deixa de ser paradoxal. Alguns autores chamam a este fenómeno a *disneyworldisation* do património.

Em estreita relação com várias das observações/perguntas anteriores, o que está em causa é, mais uma vez, a diferença entre um património para usufruto massificado, cujas técnicas de oferta também o são, e outro cuja utilização é mais limitada, seja por imposição de quem o gere, seja pelas suas próprias características; para os utilizadores deste património mais seleccionado, as formas de oferta têm de ser diferenciadas e até, se possível, personalizadas.

Para fechar, diga-se que, em Portugal continental, o património mobilizável para o turismo está agrupado no Inventário dos Recursos Turísticos (IRT), criado e gerido pela Direcção-geral do Turismo e acessível ao público através da Internet *(www.dgturismo.pt)*. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os respectivos Governos Regionais estão a preparar um instrumento idêntico.

A primeira grande diferenciação no IRT é entre os recursos primários (aqueles que podem constituir, por si só, atracção turística) e os recursos secundários (aqueles que ajudam a compor a oferta, através de vários serviços). O património está, naturalmente, à cabeça dos recursos primários. A estrutura base do IRT está descrita na figura seguinte.

Bibliografia

Brown, Frances, 1998, *Tourism reassessed: blight or blessing*, Oxford, Butterworth-Heinemann.

Comunidade Europeia, 2001, Comissão, *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre Medidas Comunitárias com Impacto sobre o Turismo*, Bruxelas, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comunidade Europeia. DG XIII, 1998, *Memorandum of Understanding on Multimedia Access to Europe's Cultural Heritage: Recommendations and Guidelines*, Bruxelas, DGXIII.

Fundo de Turismo, 1999, "Património e turismo: a filosofia de intervenção, técnicas e custos da recuperação do património e seu impacte no turismo", Hotel Avenida Palace, Lisboa, 21 de Maio de 1999, Lisboa.

Organisation Mondiale du Turisme, 1998, *Guide à l'intention des autorités locales: développement durable du tourisme*, Organisation Mondiale du Tourisme, Madrid.

Shackley, Myra, 1998, *Visitor Management: Case Studies from World Heritage Sites*, Oxford, Butterworth Heinemann.

World Tourism Organization, UNESCO, 1999, "Seminar on tourism and culture", Samarcanda, Khiva, República do Usbequistão, Madrid, 20-21 de Abril.